



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 68
2016

COLÓQUIO
TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS DO TERRAMOTO DE 1755 EM SILVES

Mário Varela Gomes¹, Rosa Varela Gomes²

¹ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa / Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa / mv.gomes@fcs.unl.pt / Membro da Academia Portuguesa da História, da Academia Nacional de Belas-Artes e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

² Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa / Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa / rv.gomes@fcs.unl.pt / Membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Resumo

A cidade de Silves, capital do Algarve tanto muçulmano como cristão foi, durante a Idade Média, uma das cidades-mártir devido à acção do terrível Terramoto de 1755.

Então muito despovoada, além de terem perecido catorze pessoas, ficaram de pé pouco mais de duas dezenas de casas, sofrendo graves danos tanto a sua Sé, como outros templos, e o vetusto Castelo.

As cicatrizes das feridas deixadas por aquele desastre natural são ainda visíveis em muitas edificações, mas também através do registo arqueológico efectuado durante trabalhos que temos vindo a desenvolver ali há décadas, nomeadamente em elementos arquitectónicos que pertenceram à Sé e se encontraram deslocados ou a estrutura tombada da sua antiga alcaidaria, recentemente escavada no Castelo.

Palavras-chave: Sé, Castelo, Fecho de abóbada, Lápide sepulcral, Faiança.

Abstract

The city of Silves, capital of the Algarve both in Muslim and Christian Medieval Times, was devastated by the terrible action of the 1755 earthquake. Highly unpopulated, fourteen people perished, and just over twenty houses were left standing. The cathedral and other temples suffered severe damages, as well as the ancient castle.

The scars of the wounds left by that natural disaster are still visible in many buildings but also found in the archaeological record. These were documented during the excavations developed in the area for decades, specifically through architectural elements from the cathedral which were displaced or the fallen structure of the city's ancient governor's house, recently excavated inside the castle.

Keywords: Cathedral, Castle, Keystone, Gravestone, Faience.

1. PROBLEMÁTICA

O número 47 da *Gazeta de Lisboa*, publicado após o terrível Terramoto do dia primeiro de Novembro de 1755, insere o seguinte relato efectuado dois dias depois daquele acontecimento, por quem se encontrava em Lagoa: *“A cidade de Silves, que dista uma légua deste lugar, e que tinha neste tempo a sua grande feira, perdeu a sua Sé, Torre, Castelo e muralhas, Casa da Câmara e da Audiência, a Cadeia, um Convento de Religiosos Terceiros de S. Francisco situado fora dos seus muros; e ruas inteiras ficaram arruinadas, perdendo-se nelas infinita gente, que se anda desenterrando para se lhe dar sepultura, e as fazendas de Mercadores, Ourives e outros oficiais”* (DGEMN, 1955: 26). João Baptista da Silva Lopes (1848: 120) escreveria sobre tal assunto: *“Pelo Terremoto de 1755 soffreo toda a Cidade consideravelmente; ficou quasi arrasada; só vinte e nove casas deixarão de cahir; morrerão quatorze pessoas, a maior parte na Sé.”* Todavia, Pinho Leal (1880: 378, 380), a partir de informações diversas, regista que, de facto, foi notável a destruição no edificado, tendo apenas vinte casas ficado de pé, mas que terão falecido as tais catorze pessoas, quase todas na Sé, onde ouviam missa ou se abrigaram aos primeiros sinais sísmicos.

Se Lisboa foi a grande cidade mártir do ainda hoje muito recordado, mesmo em termos europeus, Terramoto de 1755, a acção devastadora daquele cataclismo, a que se associou *tsunami*, haveria de se estender a todo o Sul de Portugal, a terras da Andaluzia e do Magreb, tendo até repercussões mais distantes (Fonseca, 2004: 50-73).

Cidades, de diversa dimensão, vilas, aldeias e montes, foram, de algum modo afectados, conhecendo-se relatos expressivos do sucedido. Silves, que já então não era capital do Algarve e embora algo despovoada, foi uma das áreas urbanas mais atingidas pelo terrível fenómeno natural, onde alguma da sua já escassa população haveria de sucumbir, sob a derrocada de abóbadas da Sé, quando ali procuravam refúgio. Na cidade as poucas casas que ficaram de pé, apresentavam a enorme destrui-

ção ocorrida e aspecto desolador. Mas, o tempo e os homens haveriam de paulatinamente apagar as feridas deixadas pela severa destruição a que a cidade foi submetida, restaurando templos, edifícios públicos e casas de habitação, não sem deixarem cicatrizes, até que investigações arqueológicas que dirigimos, tanto na sua antiga área urbana, como no altivo Castelo, conduziram à identificação dos testemunhos do megassismo agora dados a conhecer, cruzados com imprescindível informação de carácter literário, a única que até ao presente momento tem denunciado aquela ocorrência.

Uma vez mais a Arqueologia impõe-se como ciência histórica, capaz de nos oferecer diversos testemunhos materiais de um acontecimento marcante do passado, de uma cidade e de dois dos seus mais importantes monumentos, a Sé e o Castelo.

2. EVIDÊNCIA ARQUEOLÓGICA

2.1. Sé Catedral

Nos anos oitenta da passada centúria escavámos pátio anexo, a nascente do edifício em cujo interior se abria o Poço-Cisterna almóada, hoje Monumento Nacional, e que haveríamos de denominar SILVES 3.

Ali encontrámos, sob o pavimento de seixos irregulares que o revestiam, atribuído ao século XIX e ao momento de edificação do edifício mencionado, enorme fecho de abóbada, cujas dimensões e decoração indicavam ser procedente da antiga Sé, igreja matriz consagrada a Santa Maria, pois deixara de ser sede episcopal em 1577, quando aquela passou para a Sé de Faro, transferência solicitada ao Papa em 1538, pelo bispo D. Manoel de Sousa e aprovada no ano seguinte por Paulo III (Lopes, 1848: 310, 311).

Descoberto a cerca de 120 m de distância, para Sul, da Sé, o fecho de abóbada referido foi talhado num espesso bloco de arenito vermelho, mostrando, embora algo danificado, escudo de armas nacionais, exuberantemente ornamentado com motivos vegetalistas, e usado, entre outros monarcas, por D. Manuel I (1495-1521). Ele apresenta coroa aberta, cinco escudetes, com sete castelos na bordadura, em escudo de tipo português.

Aquele elemento arquitectónico, mostrando oito faces laterais para adossamento de nervuras de abóbada, talvez procedente da antiga capela-mor da Sé, mede 0,510 m de diâmetro e 0,380 m de espessura máxima.

Com o fecho de abóbada que referimos encontramos fragmento de pequena lápide, também de arenito vermelho, que guarda o Museu Municipal de Arqueologia de Silves, e que muito possivelmente assinalou, na zona da Sé, sepultura. A porção chegada até nós apresenta contorno rectangular e, em uma das faces, observa-se texto distribuído por duas linhas, detectando-se, ainda, os restos de uma terceira linha, todas paralelas e horizontais. As letras, gravadas profundamente, correspondem a nome próprio e a patronímico: E.VICEN/.../CAMAC..., ou seja, E. Vicente Camacho. Verifica-se que a lápide foi truncada, não só na parte inferior como junto ao bordo do seu lado direito. Mede 0,310 m de largura, 0,260 m de comprimento e 0,090 m de espessura máxima.

Uma segunda lápide, também de arenito vermelho, foi descoberta a quando do desmonte de muro do século XIX, no local que mencionámos. Oferece contorno rectangular e encontra-se completa. A epígrafe consta de texto distribuído por três linhas horizontais, cujas letras foram profundamente picotadas. Mede 0,500 m de comprimento.

Ali se lê Giralda/a:ANS/S, ou seja, “sepultura de Giralda Anes”. O patronímico Anes é mencionado no *‘Livro do Almojarifado de Silves’*, de ca de 1474, referindo proprietário de vinhas em Loubite, denominado Gonçalo Anes de Revelha, assim como um Gonçalo Anes de Alves, que foi foreiro do Moinho da Azambujeira no Alvor, ainda Gonçalo Anes, foreiro de terreno no Vale Travesso e Gonçalo Anes Batenias, foreiro em Loubite e Gonçalo Anes Mosqueiro, que teve vinha em Loubite (Moreno, Leal e Domingues, 1984: 41, 43, 48, 66, 73, 111, 113, 124, 127, 128). Trata-se de apelido comum, de alguém por certo inumado na Sé, cuja lápide foi dali deslocada depois do derrube das abóbadas e dos grandes estragos em paredes e pavimentos, ocorridos quando do megassismo.

Quando em 1979 iniciámos os nossos trabalhos arqueológicos em Silves, guardavam-se em pequena sala que antecedia a biblioteca da cidade, sediada no topo da torre albarrã que protegia a Porta da Medina, ou de Loulé, e que fora sede da Câmara Municipal, dois fechos de abóbada de dimensões apreciáveis. Trata-se de mais dois testemunhos, muito possivelmente caídos do lugar que ocupavam na Sé, única edificação que poderia comportar elementos com as dimensões que eles apresentam.

Ambos foram esculpidos em arenito da região, embora de cor bege e não vermelha como é mais usual. Um deles contém restos de inscrição, em letras maiúsculas do alfabeto latino e mede 0,435 m de diâmetro, apresentando 0,230 m de altura. Mostra rasgo central com 0,140 m de largura e 0,030 m de profundidade. O outro, com grande face de leão, tem também rasgo central, que mede 0,130 m de largura e 0,030 m de profundidade. Apresenta 0,475 m de diâmetro e 0,260 m de altura. Naquele primeiro é possível reconhecer, em letras maiúsculas, as palavras REGINA e (ANN)ORUM.

A história da vetusta Sé de Silves, Monumento Nacional desde 1922, cujo orago foi Santa Maria e depois Nossa Senhora da Conceição, começada a erguer no último quartel do século XIII, depois da posse definitiva do Algarve pela Coroa Portuguesa (1263), possivelmente sob projecto de Frei Domingues Joanes, falecido em 1279 (1317) (Gomes, 1953), tem sido dramática, dada a longa sucessão de desabamentos e reconstruções a que foi sujeita. A quando da sua morte, D. Afonso III (1210-1279) legou a avultada soma de 1000 libras para a construção daquele templo (DGEMN, 1955, 23), quantia idêntica à atribuída por D. Dinis (1261-1325) em 1320 (Chancelaria de D. Dinis, 3, fl. 132v, ANTT) (DGEMN, 1955: 23; Silva e Ramôa, 2012: 148).

Silves foi atingida em 1309, 1320, 1344, 1352 ou 1353, em 1355 e durante 1356, por abalos de terra que afectaram todo o Sul de Portugal, tal como a Andaluzia Ocidental e, certamente, também atingiram a sua Sé. Documento da Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367) regista o pedido dos moradores daquela cidade feito ao rei para que sejam reerguidos os for-

nos de pão destruídos anos antes por “*tremor de terra*” (Marques, 1984: 248; Tavares, 2004: 468, 502).

Carta Régia de 1443 destinava, por dez anos, as verbas “*dos resíduos do Reino do Algarve*”, para obras na Sé de Silves (Chancelaria de D. Afonso V, 27, fl57), mas em 1444 ela encontrava-se ainda em ruínas, tendo a cobertura desabado parcialmente, pelo que D. Afonso V (1432-1481) pagou, em 1458, obras para a sua reconstrução, a pedido de D. Álvaro de Abreu, bispo de Silves. Obtiveram então dispensa régia de prestarem serviço nas armadas todos os pedreiros e carpinteiros que trabalhassem nas obras do templo algarvio, benesse que seria confirmada pelo seu sucessor em 1486 (Lopes, 1848: 268-269). Estas obras, ao que parece não estavam concluídas em 1473, segundo informação veiculada nas Cortes de Évora (Lobo, 1984: 142), dado que em 1486 ali prosseguiram trabalhos que o monarca D. João II (1455-1495) suportaria (DGEMN, 1955: 24; Moreno, Leal e Domingues, 1984: 76; Ramos, 1996: 82-85; Silva e Ramôa, 2012: 152).

Mário Tavares Chicó (1968: 181), ao tratar a Sé de Silves, escreveu: “*A planta e os alçados permitem-nos separar facilmente nesta igreja pouco homogênea, mas de proporções muito elegantes, a parte que é ainda do século XIV e tem maior solidez, da parte edificada no século seguinte (...)*”. Todavia, as obras de construção da Sé não ficariam concluídas na centúria de quinhentos, pois a então Sé Catedral do Algarve foi reedificada a expensas de D. Manuel I (1469-1521), que ali esteve em 1499, durante as muito solenes exéquias do monarca seu antecessor, sepultado naquele templo desde 1495, após a sua morte no Alvor. Diz-nos J. B. da Silva Lopes (1848: 292) que quando D. Manuel I esteve em Silves “*(...) mandou este Monarca reedificar a Sé com obras novas, ficando hum grande e sumptuoso templo: o coro foi feito com madeira de cedros, que por esses tempos havia na ribeira de Silves*”. Esta referência, a par de numerosas campanhas de obras ocorridas em templos durante o reinado de “O Venturoso”, tem ajudado a permitir considerar que então se ergueram as três naves que ainda hoje aquele templo oferece (Silva e Ramôa, 2012: 153, 154).

Novos sismos ocorridos em 1531 e 1536 podem ter, uma vez mais, afectado aquele templo (Tavares, 2004: 513), tendo-se feito sentir significativos abalos telúricos em 1719 e 1722, até à ocorrência extraordinária de 1755.

Naquela data, a Sé Catedral sofreu o talvez mais profundo golpe na sua estrutura, desabando as abóbadas da abside e absidiolos, tal como partes das paredes, transformando-se num amontoado de ruínas. Todavia, a vontade dos homens, nomeadamente a fé religiosa, que faz ultrapassar os momentos de desânimo e vencer os piores revezes, levou a que, em breve, se iniciasse a sua reconstrução, para a qual muito contribuiu a acção de D. Frei Lourenço de Santa Maria, então bispo do Algarve e mais tarde, a do iluminado bispo D. Francisco Gomes do Avelar.

Em 1758 a Sé de Silves já estava, pelo menos em parte, restaurada. A destruição ocorrida em 1755 afectou o coro de cedro manuelino e em 1769 inaugurou-se outro, feito por ordem de Pedro de Ataíde Mascarenhas, prior da Sé, segundo inscrição que ali existia, até ao seu desmantelamento durante as obras de reintegração efectuadas a partir de 1931, pela DGEMN (1955: 42, 44; Júdice, 1934: 41). Porta voltada a Sul, ou do Sol, mostra, na verga, a data 1781, indicando-nos mais de duas décadas de obras sobre a data do Terramoto de 1755. Também a denominada Torre do Relógio terá então sido reconstruída. Aliás, Fr. Vicente Salgado, no prefácio da sua obra “*Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*” (1786) haveria de escrever: “*Hum destino superior me conduzio ao Algarve. A obediência, depois de algumas lides litterarias, em idade quinquagenaria, me nomeou Professor de Latinidade na antiga e arruinada Cidade de Sylves, onde esta minha Congregação tem hum insignificantíssimo Conventinho*”.

Apesar das profundas destruições provocadas pelo Terramoto de 1755, Frei Vicente Salgado (1786: 259) não deixa de referir a importância da Sé de Silves e de transmitir algumas preocupações com as obras ulteriores, na seguinte passagem: “*Dentro da Sé daquela Cidade se encontrão ainda hoje alguns testemunhos da sua grandeza nos sepulcros eleva-*

dos de muitos veneráveis Prelados, na campã del Rei D. João II e de outras Pessoas qualificadas. Poucos dias ha que vimos destruir a Cadeira Prelatória, e Episcopal do Coro alto (...).”

A Arqueologia da Arquitectura, cruzada com os conceitos da História da Arte e a documentação literária, tem relevado as vicissitudes atravessadas pela Sé de Silves, reconhecendo-se as marcas das diferentes campanhas de obras que permitiram, ao longo dos séculos, a sua sobrevivência. De facto, os distintos tipos de cobertura em abóbada, de berço quadrado, ogivais ou de nervuras, que cobrem a capela-mor e as capelas laterais, aspectos do transepto ou as visíveis alterações sofridas pela fachada principal (Silva e Ramôa, 2012: 151-153) reflectem principalmente o resultado da acção demolidora dos terramotos que atingiram aquele templo e, nomeadamente, o acontecido em 1755, também denunciado pelos elementos arquitectónicos agora dados a conhecer, três deles certamente derivados da grande campanha de obras manuelina.

2.2. Castelo

Sabe-se que no Castelo, em 1 de Novembro de 1755, ruíram torres e desabaram importantes panos de muralhas.

A implementação pela Câmara Municipal de Silves de projecto de musealização do Castelo daquela cidade, da autoria de um de nós (MVG) e do Arqt.º Pedro Correia Costa, no âmbito do Programa Silves Polis, permitiu que se efectuasse (RVG) o acompanhamento arqueológico daquela obra. Durante tais trabalhos foi identificado, encostado ao pano interior da muralha que no sector poente delimita o Castelo, testemunho de espaço habitacional que reconhecemos ter pertencido à alcaidaria das Idades Média e Moderna. Esta encontra-se documentada no reinado de D. Afonso V, quando o rei concedeu, a 15 de Fevereiro de 1457, ao Infante D. Henrique, entre outras benesses “... o castelo da alcaidaria de Silves ...” (Sousa, 1991: 94). Ulteriormente, o rei D. Sebastião terá ficado ali instalado, na noite de 27 de Janeiro de 1573, quando visitou aquela cidade. No entanto, segundo Henrique Fernandes

Sarrão, em 1600, aquele espaço encontrava-se já desabitado e abandonado (Guerreiro e Magalhães, 1983: 153).

Extensas obras de consolidação e restauro foram executadas, nos anos quarenta da passada centúria, no Castelo de Silves, Monumento Nacional desde 1910, incidindo sobre as suas muralhas, torres e dispositivo de entrada (DGEMN, 1948).

Durante o trabalho arqueológico mencionado, verificámos que a antiga alcaidaria teria tido planta de forma sub-rectangular, tendo sido edificada em alvenaria de pedra (grés vermelho), ligada com forte argamassa, de cal e areia, adossada ao pano de muralha. Daquele espaço subsiste sector do piso térreo e três degraus que dariam acesso a piso superior. Também pusemos à vista parte de sete outros compartimentos, numerados em função do avanço da escavação arqueológica, dos quais apenas um deles (compartimento 6) foi totalmente escavado (Gomes, 2012; 2016).

No compartimento 3, ocupando grande parte do seu espaço, reconhecemos restos de estrutura formada por blocos de grés, argamassados com cal e areia, que correspondia a parede caída e que separaria este compartimento do que lhe ficava contíguo a norte. Iniciámos o levantamento desta estrutura e sob ela pôs-se a descoberto, junto do pano de muralha, pavimento constituído por massa fina de areia e cal, parcialmente abatido, em sector onde foram exumados elementos de arcaria, de grés vermelho, que formariam arco ogival, pertencente a portal. Ali detectámos numerosos pregos, de ferro, que podem ter pertencido a construção de madeira, eventualmente de piso ou da própria cobertura. Entre o espólio recuperado contam-se, ainda, quatro fragmentos de faiança portuguesa, do século XVII, um dos quais jazia sobre o pavimento mencionado. A grande parede tombada sugere constituir o resultado de cataclismo, ocorrido em data ulterior ao século XVII, sendo o Terramoto de 1755 o único grande acidente natural que poderá ter sido responsável pelo desmoronamento e total destruição da já então em grande parte arruinada alcaidaria do Castelo de Silves.

A alta parede, perpendicular à muralha e adossada a esta, terá ruído com parte daquela estrutura defensiva, constituindo um dos poucos testemunhos, actualmente conservados, de estrutura arquitectónica derrubada pelo Terramoto de 1755.

3. CONCLUSÕES

São ainda muitas as feridas que se podem observar da acção do megassismo de 1755 naquela que foi a capital do Algarve, então uma das cidades-mártir da terrível ocorrência. Quase todos os seus edifícios históricos, do Castelo, à Sé, a todos os outros templos da cidade, Casa da Câmara e ponte medieval, tal como algumas casas senhoriais, deixam perceber tais testemunhos, que também ainda se encontram na memória colectiva dos seus habitantes autóctones.

Apesar de no Castelo, pontualmente em sectores das muralhas da antiga medina e na Sé, trabalhos de consolidação, restauro e reconstrução, das alvenarias de pedra e/ou taipa, terem eliminado evidências do Terramoto de 1755, alguns trabalhos arqueológicos que ali desenvolvemos permitiram registar os testemunhos agora dados a conhecer. Estes podem ser considerados indirectos, no caso dos elementos arquitectónicos da Sé, encontrados deslocados do seu local de origem, ou directos, no que concerne à grande parede tombada *in loco*, da alcaidaria.

Os casos agora apresentados não pretendem ser mais do que singelo contributo para a Arqueologia do Terramoto de 1755.

BIBLIOGRAFIA

CHICÓ, Mário Tavares (1968) – *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN) (1948) – *Castelo de Silves*. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 51. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN) (1955) – *Sé Catedral de Silves*. Boletim da Di-

recção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 80. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.

FONSECA, João Duarte (2004) – *1755 O Terramoto de Lisboa*. Lisboa: Argumentum.

GOMES, João José (1953) – “A divina obra do hospitalário Frei Domingos Joanes”. *Voz do Sul*, XXXIX: 1638, pp. 1, 4.

GOMES, Rosa Varela (2012) – “Engenho de açúcar da alcaidaria de Silves” in Teixeira, A.; Bettencourt, A. (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1 (ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAçores, pp. 339-350.

GOMES, Rosa Varela (2016) – “Alcaidaria do Castelo de Silves – Contributos para o seu Estudo” in Gomes, R. V.; Cabrita, L. (edit.) *O Infante D. Henrique. Alcaide-mor de Silves (1457). Comemorações dos 550 Anos*. Lisboa: Câmara Municipal de Silves; Instituto de Arqueologia e Paleociências FCSH/UNL, pp. 49-83.

GUERREIRO, Manuel Viegas; MAGALHÃES, Joaquim Romero (1983) – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. (Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3). Lisboa: Sá da Costa Editora.

JÚDICE, Pedro Paulo Mascarenhas (1934) – *A Sé e o Castelo de Silves*. Gaia: Estudos Nacionais, Edições Pátria.

LOBO, António de Sousa Silva Costa (1984) – *História da Sociedade em Portugal no Século XV* (Col. Raízes). Lisboa: Edições Rolim.

LOPES, João Baptista da Silva (1848) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, Typografia da Academia Real das Sciencias.

MARQUES, António Henrique de Oliveira (ed.) (1984) – *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

MORENO, Humberto Baquero; LEAL, Maria José da Silva; DOMINGUES, José Domingos Garcia (1984) – *Livro do Almoxarifado de Silves (Século XV)*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de (1880) – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 8. Lisboa: Editora de Mattos Moreira & Companhia.

RAMOS, Manuel Francisco Castelo (1996) – “Decoração arquitectónica manuelina na região de Silves (séculos XV-XVI)”. *Xelb – Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 3. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves; Câmara Municipal de Silves, pp. 79-142.

SALGADO, Fr. Vicente (1786) – *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

SILVA, José Custódio Vieira da; RAMÔA, Joana (2012) – “A Sé gótica de Silves. Os diferentes momentos construtivos”. *Revista de História da Arte*, 9. Lisboa: Instituto de História da Arte FCSH/UNL, pp. 146-156.

TAVARES, Maria José Ferro (2004) – “Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português (séculos XII a XVI)” in Tavares, A. A.; Tavares, M. J. F.; Cardoso, J. L. (edit.) *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 451-515.

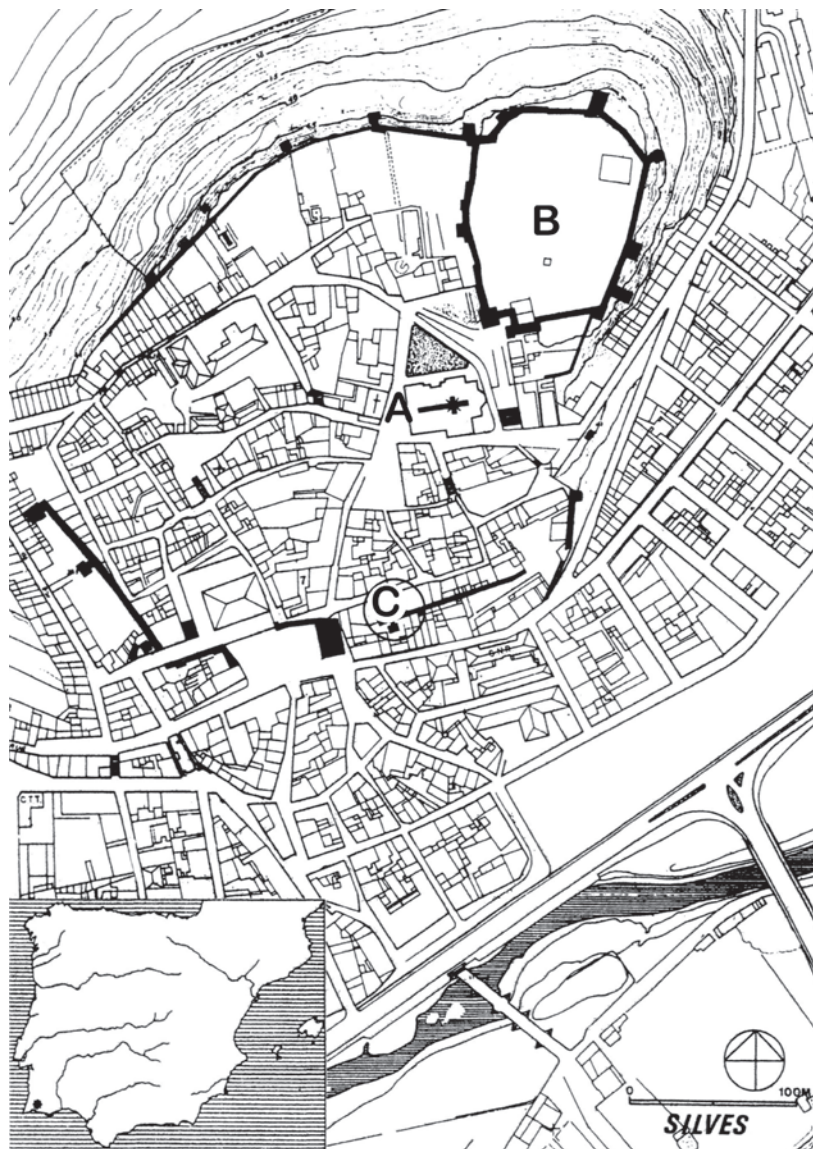


Figura 1 – Localização dos sítios de Silves referidos no texto. A – Sé; B – Castelo; C – Pátio anexo ao Poço-Cisterna.



Figura 2 – Fecho de abóbada da Sé de Silves e pormenor (fotos J. Gonçalves, 2016).



Figura 3 – Fechos de abóbadas da Sé de Silves (fotos J. Gonçalves, 2016).



Figura 4 – Lápide funerária da Sé de Silves, encontrada no pátio anexo ao Poço-Cisterna (foto L. M. Cabrita).

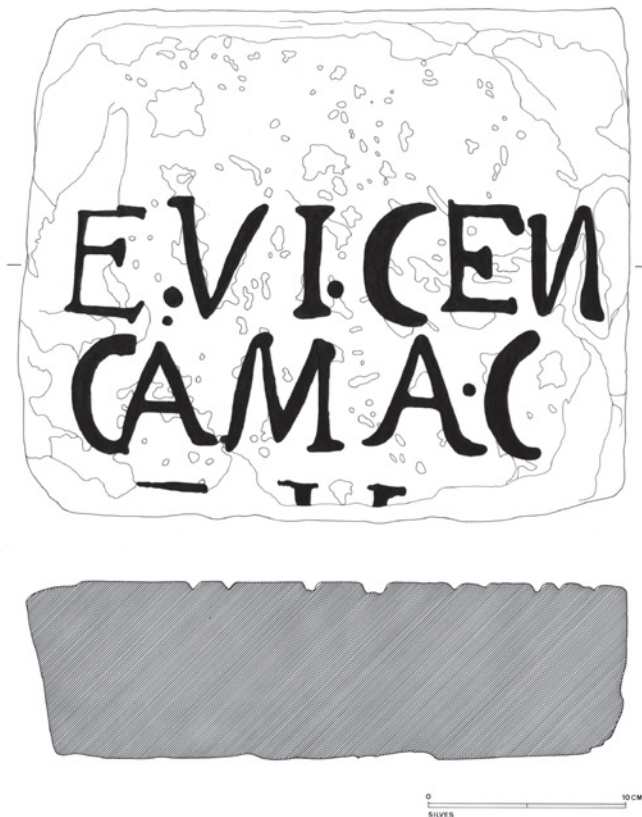


Figura 5 – Fragmento de lápide funerária da Sé de Silves, encontrado no pátio anexo ao Poço-Cisterna (SILV.3) (seg. M. V. Gomes).



Figura 7 – Parede da alcaidaria do Castelo de Silves, derrubada com o Terramoto de 1755, assentando em estrato de abandono (foto M. V. Gomes, 2015).

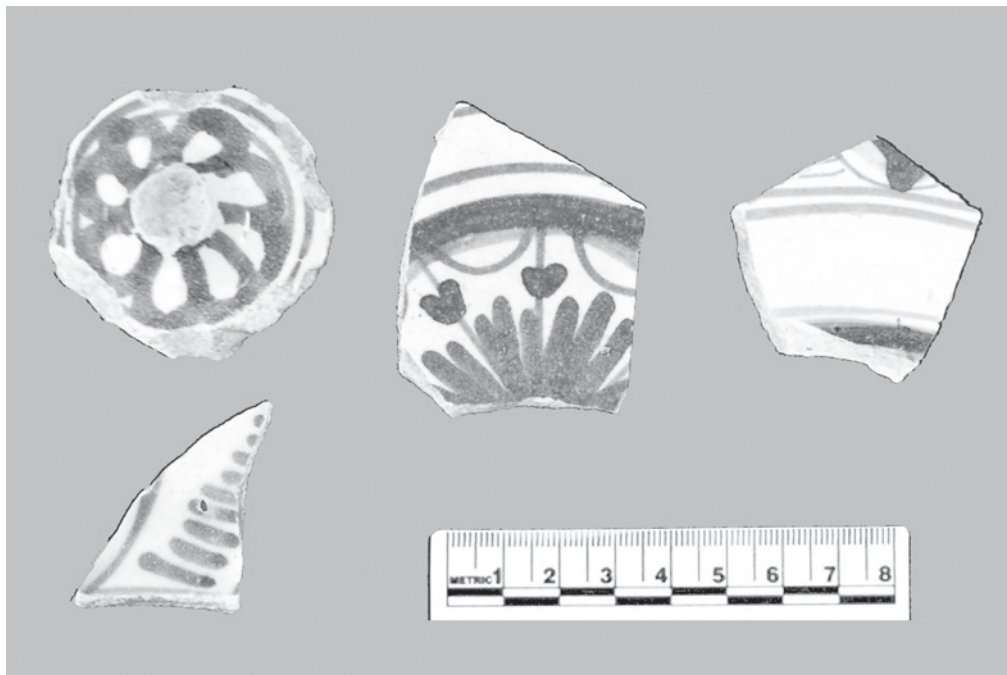


Figura 8 – Espólio encontrado sob parede derrubada a quando do Terramoto de 1755, na alcaidaria do Castelo de Silves (foto J. Gonçalves, 2016).

